PROJETO DE LEI Nº 285/15

Altera os arts. 4º e 5º da Lei nº 5.391/1998.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º - Os arts. 4º e 5º, da Lei nº 5.391, de 26 de junho de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - A declaração de utilidade pública será feita, por ato do presidente da Mesa Executiva da Câmara Municipal.

§1º - O requerimento será formulado pelo Vereador ao presidente, mediante apresentação ao Setor do Protocolo Legislativo e será processado na Secretaria, obedecido o rito legislativo aplicável à matéria objeto desta Lei.

§ 2º - Em casos excepcionais, devidamente justificados no texto do próprio ato, o presidente da Mesa Executiva poderá conceder "ex-officio" a utilidade pública, com dispensa do rito legislativo previsto no parágrafo anterior.

§3º - A declaração de utilidade pública justifica-se pelos fins exclusivos de servir desinteressadamente à coletividade, provados pelos requisitos exigidos no art.1º.

§4º - Caberá a uma equipe de servidores do Poder Legislativo designada, anualmente, pela Mesa da Câmara Municipal, a análise do pedido que, após deliberação da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, será encaminhada à Mesa ou ao presidente, respectivamente, para os efeitos do disposto neste artigo.

§5º - A Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final manterá o registro cadastral das organizações reconhecidas como de utilidade pública.

§6º – As organizações declaradas de utilidade pública ficam obrigadas a apresentar todos os anos, até o último dia útil do mês de fevereiro, exceto por motivo de ordem superior, reconhecido a critério da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, relação circunstanciada dos serviços que houverem prestado à coletividade, no ano anterior"

"Art. 5º O reconhecimento de utilidade pública, por si só, não implicará em qualquer benefício de natureza fiscal ou tributária, nem será exigido, no âmbito da Administração Pública Municipal, como pressuposto ou como requisito para a concessão de benefício de qualquer outra natureza, pelo Município do Salvador, bem assim, não será para a celebração de contrato,

convênio ou atos jurídicos congêneres com os órgãos integrantes da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal do Salvador".

Art. 2º - Ficam sustados todos os Projetos de Lei de reconhecimento de utilidade pública em tramitação na Câmara Municipal de Salvador, devendo os interessados providenciarem, nos termos desta Lei,

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se os arts. 4º e 5º da Lei nº 5.391, de 26 de junho de 1998 na redação alterada por esta Lei.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2015.

EDVALDO BRITO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo solucionar o problema da demora da edição do ato de declaração de utilidade pública, pela via da Lei individual, especialmente aquela declaração em favor das organizações que servem, desinteressadamente, à coletividade, à semelhança das creches comunitárias que cooperam com o Município na oferta da educação infantil regida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelas Leis específicas.

A declaração de utilidade pública foi instituída, no âmbito federal, pela Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que, em seu art. 3º estabelece: "Nenhum favor do Estado decorrerá do título de utilidade pública, salvo a garantia do uso exclusivo, pela sociedade, associação ou fundação, de emblemas, flâmulas, bandeiras ou distintivos próprios, devidamente registrados no Ministério da Justiça e a da menção do título concedido".

A norma transcrita não deixa dúvidas de que, ao ser adotada a regra, a declaração de utilidade pública:

- não representa requisito para a obtenção de qualquer benefício concedido pela Administração Pública;
- tem caráter simbólico no sentido de distinguir, honorificamente, aquelas entidades que, embora sejam privadas, servem ao público, identificadas no segmento que se convencionou chamar de Terceiro Setor;
- no âmbito federal, onde foi pensada em 1935, o ato normativo declaratório é da competência do Poder Executivo que, inclusive, tem estrutura — que o Poder Legislativo não tem — para verificar a fidelidade dessas organizações reconhecidas aos objetivos legitimadores do ato.

Neste cenário, diversas entidades que apoiam o Município do Salvador no cumprimento de suas missões constitucionais têm enfrentado dificuldades em obter o reconhecimento de utilidade pública, visto que este depende de aprovação de Lei em sentido formal, editada, individualmente, de referência a cada uma entidade, pela Câmara Municipal.

Embora esta Augusta Casa Legislativa esteja empreendendo todos os esforços para conferir, com rapidez, os reconhecimentos de utilidade pública, a liturgia solene do Processo Legislativo não tem permitido que o procedimento completo se faça com a tempestividade compatível com a necessidade da entidade, comprometendo a celebração de Convênios, por exemplo, com as creches comunitárias, dificultando a celeridade necessária.

Esta situação mostra-se preocupante, sobretudo, porque o segmento da Educação Infantil exige rápida atuação administrativa e, neste momento, representa um antídoto ao veneno da marginalização das crianças carentes.

Dados da Secretaria Municipal da Educação (SMED) evidenciam que a Rede Pública Municipal de Ensino, atualmente, consegue absorver, apenas, 3% das crianças soteropolitanas que demandam por Creches e Pré-Escolas, o que impõe a celebração de convênios com instituições de ensino comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Assim, embora a redação original dos arts. 4º e 5º, da Lei municipal nº 5.391/1998 e este Projeto já indiquem que o reconhecimento de utilidade pública não é requisito para a obtenção de benefícios, o presente Projeto de Lei visa a afastar qualquer dúvida a respeito da matéria, ao tempo em que deixa claro que a concessão de benefícios pelo Município do Salvador deve observar a legislação específica, preservando, portanto, o princípio da iniciativa do ato pelo Poder Legislativo.

Importante frisar — em reiteração — que, no âmbito federal, a declaração de utilidade pública nem sequer depende de Lei em sentido formal, sendo concedida por ato administrativo da competência do Presidente da República, depois de pedido formulado perante o Ministério da Justiça (cf. o art. 2º da Lei nº 91 de 28 de agosto de 1935).

A aprovação deste Projeto de Lei é fundamental para viabilizar a sobrevivência das entidades privadas que auxiliam o Município do Salvador e que, atualmente, enfrentam enormes dificuldades para celebração de Convênio.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2015.

EDVALDO BRITO